



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
47 E

PRIMEIRA REUNIÃO DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA EM VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

----- **ATA NÚMERO QUATRO** -----

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e dez minutos, realizou-se na sede, sita na Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a primeira reunião da segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Amélia Macedo Antunes, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Isabel Maria de Almeida Lourenço Travessa, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente.

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Fernanda Fernandes, José António Cariã, Fernando Coelho e Alcídio Torres de Carvalho. **CDU** – Francisco Salpico, Avelino dos Santos Antunes, José Manuel Rosa Ferra, Mário Manuel Rocha Baliza Leonardo e Ana Paula Batalha. **PSD** – Francisco Cordeiro, Alfredo Rodrigues, João Figueiredo e Nadine Balasteiro. **BE** – Ricardo Caçoila e Cipriano Pisco. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
JRE

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta ou seus substitutos**: -

União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro – José Manuel Santos, em substituição de Fernando Caria, (PS); -----

União das Freguesias de Pegões – António Francisco Miguéns (PS); -----

Junta da União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia – Luís Miguel Morais (PS); -----

Junta de Freguesia de Canha – Armando Piteira (PSD); -----

Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Henrique Rosa Gomes, em substituição de Joaquim Batalha (CDU). -----

Solicitaram **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

Deputados Municipais: -----

Sabina Pereira (CDU), tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Ana Paula Batalha. -----

Ana Filipa Mota (PSD), tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Nadine Balasteiro. -----

Faltaram justificadamente os senhores **Deputados Municipais** abaixo discriminados: -----

Maria do Carmo Guia (PSD), Sérgio Vasco (PSD) e Ana Catarina Jimenez (PEV/CDU). -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aut
de

A **Câmara Municipal** esteve **representada** pelo senhor **Presidente**, Nuno Ribeiro Canta. Presentes também os senhores **Vereadores**: Carlos Jorge Antunes de Almeida (CDU), Maria Clara Silva (PS), Mercês Borges (PSD), Nuno Catarino em substituição de Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU), Pedro Nuno da Silva Vieira (PSD) e Francisco dos Santos (PS). -----

Seguidamente, a Senhora Presidente, abriu o período destinado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, de acordo com o artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. -----

O Múncipe Bruno Beginha, no uso da palavra disse: “Boa noite a todos, o assunto que me trás, é o Jardim de Infância de Sarilhos Grandes, pois o mesmo não tem aparelhos de ar condicionado nas 2 salas de aula, o logradouro não tem qualquer sombra, o piso são tacos de madeira levantados, velhos, que acumulam poeira porque não estão encerados. As casas de banho têm uma colocação de azulejos antiga que com o descuido natural das crianças acumula urina e fica com algum cheiro apesar do esforço de limpeza. -----

Pensando contribuir para a solução, sei que a escola da lançada se encontra fechada e com material que poderia ser utilizado no logradouro do Jardim de Infância, uma vez que só existe um escorrega para as crianças brincarem. -----

Não conheço o interior da referida escola, mas, penso que poderá porventura, existir mais material com utilidade. -----

Não sei precisar se é no Corte Esteval ou no Bairro do Areias, que existe outra escola fechada. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H P
B

Outra coisa que também sucede, é a falta consecutiva de auxiliares e uma outra situação importante a salientar, se não a mais importante, é a segurança. Ao contrário do que acontece noutras escolas, o portão não tem sistema de fecho automático e não existe porteiro. Gostaria que, se possível a segurança na referida escola melhorasse". -----

A Múncipe Conceição Soldado, no uso da palavra disse: "Senhor Presidente, Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores; -----

Canha tem bonitas paisagens, como muitos dos senhores reconhecem, é bonita para passear aos fins-de-semana e para tirar fotografias, mas, para quem lá vive diariamente e muitos de nós uma vida inteira, é que sabemos das suas carências e dos vários problemas que afetam o nosso quotidiano. -----

Canha não tem ETAR, em pleno século vinte e um os esgotos a céu aberto continuam a desaguar e a poluir a nossa ribeira e o nosso ambiente, é sem dúvida um problema de saúde pública para o qual as autoridades competentes têm estado de costas voltadas. -----

No centro de saúde temos médico uma vez por semana, só para quatro pessoas, e consultas programadas com dois meses ou mais de tempo de espera. -----

Em relação aos transportes públicos, houve carreiras que foram suprimidas, aumentando o isolamento da população, apesar do problema ter sido apresentado diversas vezes em Assembleia de freguesia, nada foi feito para inverter a situação. -----

Não há emprego, em consequência disso os jovens partiram e a freguesia está desertificada, a maioria da população é idosa, de poucos recursos, a maioria vive



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ag
H
E

de reformas mínimas e a acrescentar a tudo isto, vai ser encerrada a única agência bancária existente. A população tem-se manifestado contra o encerramento do Balcão da CGD, mas ao contrário do que acontece nas outras localidades, em Canha, o Povo não tem apoio do executivo da Junta nem do seu Presidente de Câmara. -----

Enquanto a população luta para que não encerre, o executivo limitou-se a negociar onde fica o Multibanco, se fica nos Correios ou junto do posto da GNR, esquecendo-se que há idosos que não sabem utilizar o Multibanco e nesse caso terão de se deslocar ao Montijo ou Vendas Novas para levantar as suas reformas, saindo de casa às 7h da manhã e regressando á tarde, porque a maioria não tem sequer meios próprios para se deslocar. -----

A Caixa foi recapitalizada e mais tarde ou mais cedo, somos nós contribuintes que iremos pagar a fatura, se pagamos temos o direito a esse serviço público e os autarcas como nossos legítimos representantes, têm o dever de estar ao nosso lado nesta luta. -----

Em Canha temos pouco mais que a paisagem que nos rodeias, não nos tirem o pouco que nos resta. Obrigado”. -----

O Múncipe Jorge Santos, no uso da palavra disse: “Boa noite, o meu assunto é o seguinte: Quando foi inaugurada a zona ribeirinha, na altura, a Senhora Presidente chamou o pessoal de um lado e de outro, que sou eu e já lá estou há oito anos, para informar que existe isenção de pagamento de taxas para as esplanadas dos estabelecimentos situados de um lado e não para as situadas no outro lado, que é o caso do meu estabelecimento. Não estou isento de nada. ----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

A senhora Presidente disse ainda, que podia fazer bailes porque o Clube Náutico ia ser deitado a baixo e não foi, mas isso não interessa, o meu estabelecimento fica por trás do referido Clube. -----

Tentei colocar uma esplanada fechada, mas não me foi autorizada, mesmo a pagar, era muito caro, cerca de mil euros, tive que desistir. Na Câmara disseram-se que poderia colocar um toldo maior. Pedi a quem me fizesse o projeto, gastei dinheiro e entreguei-o. Conclusão, quando me dirigi à Câmara para levantar o dito projeto informaram-me que teria que pagar com sendo uma esplanada fechada, ou seja, todo o ano. Ora de Inverno eu não coloco a esplanada, ao que só deveria pagar os meses dos quais usufruo, tal como todos os outros titulares de estabelecimentos com esplanadas abertas. -----

É só o que queria saber, é simples, porque existe isenção de pagamento de taxas para um lado e não para outro. -----

Já pago dois toldos, mas queria colocar um toldo maior com cerca de 5m por 3m para chamar mais pessoal ao Montijo, sem ter que pagar, porque é muito caro, perto de mil euros. Ainda tive que gastar 200 euros com a planta de localização e o projeto, não acho que seja justo". -----

O Município João Silva, no uso da palavra disse: “Boa noite, eu venho falar de Canha, hoje estivemos em Lisboa a protestar pelo fecho da CGD em Canha. Há dois dias, deu na televisão que os autarcas deviam lutar pela população das suas Terras. Hoje em Lisboa não havia ninguém da Câmara de Montijo nem da Junta de Freguesia de Canha, só estavam os executivos de outras Juntas de freguesia, tais como da Sobreda e do Lavradio. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
H
B

Pedimos a cedência de transporte, mas não nos foi concedido, pois o senhor Presidente teve o cuidado de dizer que eramos todos uns “papa almoços”. -----
Outro assunto é o do facto de existirem duas poças a correr a céu aberto, o que prejudica os agricultores e as suas searas, no que respeita a rega. Fala-se muito da ETAR, mas nada é feito nesse sentido. Outro problema, são as calçadas que foram feitas há sessenta anos e como se pode verificar já não se encontram em condições, nomeadamente para as pessoas idosas se deslocarem. -----
Ainda nos deparamos com outro problema, que são os esgotos. As ruas não podem ser alcatroadas, uma vez que são de património antigo, mas gostaríamos que as calçadas fossem reparadas e preservadas. Queria que se olhasse por Canha”. -----

O Múncipe Carlos Lusitano, no uso da palavra disse: “Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras em primeiro lugar, muito boa noite a todos. -----
Senhor Presidente estou hoje aqui para falar sobre o encerramento da Caixa Geral de Depósitos em Canha, podia falar de improviso, mas resolvi escrever para ler só aquilo que escrevo pois quando falo da minha Terra, Terra que está no meu coração fico emocionado e posso dizer algum palavrão. -----
Senhor Presidente gostaria de saber quais as iniciativas que fez para evitar o encerramento da CGD em Canha, foi só trabalho de secretária, desde já lhe digo que não se ganha lutas ou jogos na secretária, mal comparado é como os clubes de futebol querem ganhar o jogo na secretária quando não lutam no campo. ----
O Senhor Presidente como eleito pelos eleitores do Concelho, tinha o dever de informar a população de Canha do que estava a ser feito para evitar o fecho da



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
H
E

CGD, mas não, fechou-se em copas e não aderindo ao povo na sua luta conjunta, que todos veem menos o Senhor Presidente e a Junta de Freguesia de Canha. -----

Já que falei na Junta de Freguesia de Canha vou dizer que o trabalho do executivo nesta luta foi zero, pois discutiu o problema só em reuniões com diretores regionais da Caixa, como de um negócio particular se tratasse, (como diz o velho ditado, o segredo é a alma do negócio), mas não estávamos a fazer negócio mas sim a evitar o fecho de um serviço público que muita falta faz na freguesia. Nunca informou o povo, de qual era o critério e a confiança do que estavam a tratar, quando já tinham destino a dar ao edifício. Decerto vão todos ficar admirados, era nada mais nada menos para servir de quermesse para as festas de Canha. -----

Ora, um executivo trocar um serviço público por uma quermesse, é de bradar aos Céus. -----

Mas, o mais grave e indigno é o executivo da Junta de freguesia de Canha, fazer afirmações em plena Assembleia de Freguesia que todas as pessoas que vão à luta são uns "papa almoços" e afirmando também que todos os trabalhadores da Junta, juntos, não fazem um, esquecendo-se alguns que também são trabalhadores por conta de outros e que não gostariam de ouvir semelhantes palavras. É simplesmente indigno. -----

Vou terminar dizendo que tanto o executivo Camarário do Montijo como a Junta de Freguesia de Canha, nada fizeram, nada fazem, nem nada vão fazer para evitar o encerramento da CGD em Canha." -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
ME

O Munícipe Tiago Salgueiro, no uso da palavra disse: “Boa noite a todas e a todos, representantes da Assembleia Municipal de Montijo, Juntas de Freguesia e Público presente. -----

Estou aqui na qualidade de morador de sarilhos Grandes bem como, representante de uma comissão de moradores da mesma freguesia. O que me trás aqui é novamente um assunto que foi apresentado na reunião descentralizada, que se realizou na AMUT, no dia 23 de setembro de 2016, sobre o estado do Jardim dos Triângulos que se encontra abandonado e degradado. A partir dessa data, tomou-se a iniciativa de elaborar um projeto de requalificação do referido jardim. Com o apoio da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, nomeadamente na pessoa do Senhor Presidente Joaquim Batalha e a colaboração da arquiteta Paula Botas, moradora na Lançada, concretizou-se o dito projeto, que venho hoje apresentar e solicitar apreciação do mesmo. -----

A Munícipe Clara Santos, no uso da palavra disse:” Boa noite, sou mãe de uma criança da escola D. Pedro Varela e através de uma reunião simples de avaliação tive conhecimento de um problema grave que é a falta de funcionários que assegurem o funcionamento da escola, existe a possibilidade de fecho de alguns blocos. A escola está a um mês e meio de terminar e encontram-se cerca de 50% dos funcionários com baixa e conseqüentemente as crianças sem aulas. Gostaria de saber o que se passa e qual a solução.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes, e disse: “Começo, como é evidente pela ordem de intervenção e pelo munícipe, senhor **Bruno Bejinha**; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
S
E

Relativamente ao Jardim de Infância de Sarilhos Grandes, diz o senhor, não existir qualquer aparelho de Ar Condicionado, mas na realidade a informação que tenho é que existem dois aparelhos, colocados pela Junta de Freguesia e pela Câmara, no Jardim de Infância da Estrada do Arce. Quanto à questão do logradouro, efetivamente não existem árvores de grande porte o que não permite haver grandes sombras, mas não me parece que seja uma situação perfeitamente agreste. O senhor fala da existência de tacos velhos de madeira no interior do edifício, mas aquando de uma visita efetuada à Freguesia e a algumas instalações, isso não se verificou, o que não significa que, entretanto, os referidos tacos não se tenham degradado dessa forma. Também relativamente aos azulejos e à acumulação de sujidade não é essa a perspetiva que tenho dessa escola. Quanto à escola da Lançada, assim como a do Corte Esteval, estão de facto fechadas. As duas escolas, por situações que têm a ver com a rede escolar, com o Ministério da Educação e também com o agrupamento de escolas Poeta Joaquim Serra e não por vontade da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia, foram colocadas na reserva de utilização. A escola do Corte Esteval, neste momento já foi retirada da reserva enquanto que a da Lançada continua com a possibilidade de ser utilizada, de acordo com a gestão do Agrupamento. Ao que sabemos a escola Fonte Centenário, a principal de Sarilhos e o jardim de Infância do Arce respondem às necessidades existentes na freguesia. Relativamente à questão de falta de auxiliares, foi uma situação notória e mais grave no início do ano que se verificou por motivos de baixas médicas, mas sabemos que o agrupamento faz a gestão flexível de modo a que as escolas com maior capacidade possam ceder uma auxiliar. Penso que os pais têm verificado isso. Quanto à segurança do portão, vou verificar a



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

At
↓
P

questão do fecho pois com certeza deveria haver a possibilidade de abertura pelo interior da escola, permitindo assim uma maior segurança. A possibilidade de colocação de um guarda ou vigilante, é de todo impossível, uma vez que não é permitido por lei. Em escolas públicas isso não se verifica, só em colégios privados. -----

Quanto à senhora munícipe **Conceição Soldado**, quero cumprimentá-la por ter vindo à Assembleia, falar de Canha e elencar as suas carências, algumas das quais temos dado bastante importância, nomeadamente à ETAR, a quem atribuímos grande prioridade, sendo que de acordo com um contrato efetuado com uma empresa de tratamento de esgotos do Montijo, "SIMARSUL", responsável pela construção da ETAR, temos vindo a fazer algumas exigências nesse sentido. Para evidenciar, finalmente, a realização desse investimento, assinámos um contrato com os responsáveis da "SIMARSUL" para a referida construção. Estamos agora em crer que a questão se vai consolidar. Relativamente ao Centro de Saúde, cuja gestão é do âmbito do Ministério da Saúde, mas com o acompanhamento da Câmara e das Juntas de Freguesia, nomeadamente a de Canha, temos de facto um problema nessa zona, do concelho, por uma questão de interioridade e também porque muitas vezes não temos os recursos médicos adequados para colocar ao serviço, sendo que, como sabemos, essa gestão é feita pelo ministério da saúde, temos vindo a sensibilizar os responsáveis da área para que reforcem os cuidados de saúde primários nas populações, particularmente em Canha e Santo Isidro. São populações envelhecidas e a necessitar destes cuidados com maior frequência. Quanto ao emprego, é de facto uma questão preocupante, pois não existindo emprego a população jovem não se fixa. Como todos sabem, em tempos existiu



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
2
12

nas Taipadas, uma empresa importante, a “TOCAM”, que na época fixou muitos jovens na região, nomeadamente em Canha. Estamos agora a investir na estratégia de sensibilizar quem possa estar interessado em investir, a título particular, numa empresa de agroindústria, naquela zona. Como Presidente da Câmara, penso ser esta a estratégia adequada para a criação de emprego e renovação da população. Quanto ao encerramento da agência da CGD – Caixa Geral de Depósitos, de Canha e ao que diz, a população não tem apoio por parte da Câmara nem do Presidente da Junta, pois eu tenho uma posição completamente contrária. Temos vindo a acompanhar este processo desde o início. Desde que soubemos da possibilidade de encerramento da agência que tentamos reunir com o Presidente do Conselho de Administração da CGD, no sentido de lhes explicar pessoalmente e de viva voz todos os argumentos. Fizemos diligências através de emails e telefonemas, mas nunca fomos atendidos. Escrevemos então uma carta onde formalizamos três questões que jugamos fundamentais: a primeira prende-se com o afastamento de Canha a outras terras e a inexistência de qualquer outra agência bancária na Vila. A segunda tem a ver com o envelhecimento da população que apresenta dificuldades de acesso. Quanto à terceira, os transportes públicos, para manter possíveis algumas deslocações entre Canha e outras localidades. Estes são, no nosso entendimento, os três argumentos mais plausíveis e essenciais para obtermos uma resposta por parte do Conselho de Administração da CGD, no sentido de manter o funcionamento da Agência. Na verdade, o entendimento do Conselho de Administração é outro e o encerramento da agência está programado para breve. Sabemos que a população tem feito um trabalho importante, mostrando as necessidades e reivindicando-as. Também nós nos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AF
K
E

temos esforçado nesse sentido, assim como a Junta de Freguesia e outras Instituições existentes em Canha têm tentado sensibilizar quem tem a decisão na mão, na tentativa de não encerrar a referida agência. Porém todos temos consciência, de que a decisão está colocada num plano de reestruturação da agência, aprovado e desenvolvido e o qual teremos dificuldade em levar a bom Porto. Não baixaremos, no entanto, os braços, assim como sabemos que a população de Canha também não o fará e contará sempre com o apoio dos autarcas. -----

Em resposta ao munícipe, senhor **Jorge Santos**, que colocou a questão da esplanada do seu café, "Cinco e Meia", situado na zona ribeirinha e começando pelo pagamento, informo que o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais em vigor, não contempla a frente ribeirinha como área isenta de pagamento de taxas relativamente a esplanadas. Assim sendo, o senhor, tal como todos os outros munícipes e comerciantes daquela zona devem efetuar os pagamentos de taxas pela utilização de esplanadas e, nem eu, como Presidente nem os Vereadores poderíamos ter-lhe dito o contrário. Mas, porque pensamos, que de facto essa situação não faz sentido, mesmo porque queremos dinamizar essa área de esplanadas, como área de lazer e de atração, elaborámos um novo Regulamento, que contempla o alargamento da zona de isenção de pagamento de taxas, incluindo-a no centro da Cidade. O novo Regulamento encontra-se em discussão pública, irá em seguida a reunião de Câmara e posteriormente, já com a incorporação dos contributos das associações e dos comerciantes, virá a esta Assembleia Municipal para aprovação final, só então entrará em vigor. Contamos, pois, que no próximo ano, aquando da renovação das licenças das esplanadas, as mesmas estejam isentas de pagamento de taxas. Quanto à



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
S
E

diferença entre esplanadas abertas ou fechadas, a interpretação passa pelo excesso de zelo dos serviços. Irei verificar junto dos mesmos e seguidamente informarei dos procedimentos. -----

Respondendo agora ao munícipe, senhor **João Silva**, que questiona a atuação dos autarcas e da sua luta em vários pontos do País, continuando tudo na mesma, nomeadamente as calçadas e o tratamento de esgotos em Canha. Sobre os esgotos já informei todos os Canhenses do contrato existente para a construção da ETAR, a mesma iniciar-se-á nesta fase. As calçadas, como sabem, têm vindo a ser renovadas, á exceção da Rua 25 de Abril que necessita, devido a estar muito irregular, de ser intervencionada no sentido de melhorar a situação das pessoas idosas. Esse é um projeto que temos em elaboração e contamos, ainda neste mandato lançar essa obra, é um compromisso que temos. -----

Quanto ao munícipe, senhor **Tiago Salgueiro**, a questão é sobre o Bairro Novo de Sarilhos Grandes e o Jardim dos Triângulos. Em 02 de março o senhor apresentou umas peças desenhadas, na sequência das quais lhe pedimos que apresentasse também um orçamento. Dissemos-lhe que iríamos contactar a senhora Arquiteta Paula Botas para que confirmasse as referidas peças desenhadas e finalizasse a intervenção. Como, entretanto, o senhor já o fez e está neste momento a apresentar o projeto e o dito orçamento, peço-lhe que o entregue também na Câmara Municipal. Este é um processo da intervenção da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes. Um investimento direto da própria Junta para revitalizar o espaço que será vedado e equipado. Como é evidente estamos disponíveis para em conjunto com a Junta de Freguesia, encarar o investimento de modo a remodelar e requalificar o espaço. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten initials and a signature in blue ink, possibly reading 'AT' and 'K'.

A senhora munícipe **Clara Santos** referiu uma questão sobre a escola D. Pedro Varela, relativamente ao funcionamento da mesma. A questão foi ontem discutida na Câmara Municipal e posso informar que o número de funcionários da Escola, em termos de rácio, é de dezanove e neste momento encontram-se quatro funcionários com baixa médica e um de férias. Pensamos não ser coerente, que numa altura de carência de recursos, se permita o gozo de férias, mas essa gestão é da competência do senhor diretor da Escola. Informo também que com vista a colmatar essas ausências está a decorrer um concurso para contratar, por tempo indeterminado, alguns funcionários, de modo a que possamos obter uma bolsa, embora limitada, de funcionários que substituam outros, nas faltas e ausências. Candidatamo-nos também, com urgência, a um contrato de inserção. -----

Quanto ao munícipe, senhor **Carlos Lusitano**, tenho a pedir-lhe desculpa por ter passado à frente, mas sendo o assunto o encerramento da CGD a minha resposta já foi anteriormente dada. Como já disse, foram feitas todas as diligências necessárias junto do Presidente do Conselho de Administração, pois esse é o nosso trabalho, o institucional, fazer valer as nossas visões e também as da população. Fizemos tentativas para promover várias reuniões, mas infelizmente não fomos atendidos. Se o edifício será ou não para uma quermesse, não tenho qualquer conhecimento. Também não sei a quem pertence o referido edifício. Quanto à inatividade, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, a minha opinião é absolutamente contrária, uma vez que, já mencionei todos os esforços efetuados, cada um ao seu nível, quer por parte da Câmara Municipal, quer da Junta de Freguesia quer também por parte da população de Canha, para que isso não viesse a acontecer. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
S
E

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra às bancadas para que se pronunciassem quanto às questões colocadas pelos munícipes. -----

O senhor **Deputado Municipal, Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “O senhor Bruno Bejinha coloca a questão da falta de funcionários no jardim-de-infância de Sarilhos Grandes. Gostaríamos de saber, de quem é a responsabilidade da gestão desses funcionários, pois efetivamente é necessário contar com os períodos de férias e de doença, a que os mesmos têm direito. Será essa gestão da responsabilidade da Autarquia? -----
Sobre a ETAR de Canha, que vai ser construída pela SIMARSUL, é bom saber que tudo o que foi feito no Concelho a nível de saneamento básico é da responsabilidade da SIMARSUL, por delegação das várias Câmaras Municipais. Quanto ao encerramento do balcão da CGD de Canha, o nosso entendimento é de que os Autarcas devem ultrapassar a questão meramente administrativa perante situações como esta. Pergunto ao senhor Presidente da Câmara se de algum modo foi enviado à população de Canha um documento informativo. Outra questão para ser verificada mais aprofundadamente é a colocada pelo senhor Jorge Santos, pois já se discutiu esse assunto e viu-se haver incentivos para as esplanadas daquela zona. Relativamente ao senhor Tiago Salgueiro, queremos louva-lo e à população, pelo esforço para apresentar um projeto de recuperação do Jardim dos Triângulos, em Sarilhos Grandes, com o qual a Câmara deve responsabilizar-se. A questão colocada pela senhora Clara Santos insere-se numa outra, colocada anteriormente, sobre o rácio de funcionários na escola D. Pedro Varela. Quero, pois, perguntar ao senhor Presidente da Câmara se há ou não, o dever de acautelar as férias e as baixas médicas dos referidos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
W

funcionários. De salientar, também que se considera muito grave a opinião de que as baixas médicas poderão ser fraudulentas. Em relação a Canha, gostaríamos que nos explicasse quais as calçadas, que para além do Largo 5 de Outubro foram feitas. Sobre a CGD de Canha, é importante sublinhar que quando um Presidente de Câmara solicita uma reunião com caráter de urgência à administração da CGD, não é atendido e nada mais faz, é admitir que está submisso à posição da administração da CGD e do Governo, como inclusivamente a Junta de Freguesia. -----

A senhora **Deputada Municipal - Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes e focou dois aspetos anteriormente abordados pelo público, o primeiro foi questionado por vários munícipes e incide sobre o encerramento do balcão da CGD de Canha; “ Eu quero declarar que a bancada do PS está em total concordância com a luta da população, não fugindo à posição da Câmara, a qual cumpre um conjunto de diligências que não podemos desprezar, uma vez que tem o seu enquadramento político. A população, outras lutas e enquadramento terá também que fazer e nós enquanto grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal e dentro do enquadramento político próprio, trazemos hoje uma moção, na qual nos colocamos totalmente ao lado da população e da sua luta evocando os motivos que têm e que foram referenciados pelo senhor Presidente da Câmara. É a única repartição, o único balcão, o envelhecimento das populações, a dificuldade com os transportes públicos, com estar longe em termos de quilometragem do acesso a outros balcões da CGD ou até de outros bancos. Portanto dando voz à nossa indignação que é também vossa, à nossa luta que é também vossa,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'MA'.

apresentaremos uma Moção que colocaremos a esta Assembleia, rejeitando o encerramento da CGD de Canha, que se estivesse nas nossas mãos, não encerraria”. -----

“Passando agora ao segundo aspeto, a questão colocada pela senhora Clara Santos sobre o funcionamento da escola D. Pedro Varela, quero esclarecer qual o papel do agrupamento e o papel do Município na gestão dos recursos humanos, para que saibamos do que estamos a falar. Ao Município cabe efetivamente o recrutamento dos funcionários, mas a gestão funcional, a avaliação, o autorizar férias, o justificar faltas, toda essa gestão cabe exclusivamente ao agrupamento. Há um contrassenso, acentuado pelo facto do município se limitar a estar representado no órgão colegial da gestão, que tem em média vinte ou vinte e um elementos, com apenas quatro elementos. Qualquer ato é tomado por votação e nestas circunstâncias ao município compete apenas, intervir, sensibilizar e pouco mais, dentro do quadro da atual legislação, reivindicando eu como normal, que, se há transferência de competências para o município, passe também a haver uma representação do mesmo, no órgão de gestão para que a responsabilização seja feita de forma veemente”. -----

O senhor **Deputado Municipal - Alfredo Rodrigues (PSD)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Tenho no senhor Presidente da Câmara uma pessoa de bem, assim como todas as outras pessoas que fazem política. Assim como tenho a certeza de que o senhor presidente da Câmara, irá resolver a situação da esplanada com toda a boa vontade e o assunto chegará a bom termo. Relativamente à escola, a situação é mais complexa e a explicação é



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
dy
B

de ordem burocrática, que tem a ver com o rácio e o protocolo. Não sei se a Câmara terá dinheiro para pagar a mais um ou dois funcionários, mas penso que talvez tenha, uma vez que é apregoado no jornal que a Câmara tem quatro milhões de euros em tesouraria. Quanto ao encerramento da CGD de Canha não poderá efetivar-se por três motivos: porque evidentemente faz falta, é um serviço público e está a ser pago pelos Portugueses”. -----

O senhor **Deputado Municipal - Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e acerca da escola D. Pedro Varela, disse: “Li um comunicado que informa da reabertura dos Blocos B e C, sendo que apenas o Bar continuará encerrado, dificultando assim a possibilidade aos alunos de carregarem o cartão. Penso que não faz sentido pois com o sistema informático, poderiam fazê-lo no Multibanco. Quanto à questão da CGD de Canha, o Montijo já fez a reestruturação da mesma. Metade das agências já fecharam inclusivamente a dependência que existia no Fórum Montijo, onde nem sequer deixaram uma caixa de multibanco. Por que razão terá também que fechar a CGD de Canha? A população de Canha terá todo o nosso apoio e solidariedade. Independentemente da força política dos autarcas é necessário que se adapte as lutas às necessidades do concelho, tal como fizeram os autarcas de Almeida, assim, talvez a caixa não encerrasse. Em relação à esplanada do café do senhor Jorge, gostaria de saber qual é de facto a informação correta. A informação prestada pela funcionária responsável pelo serviço respetivo, ou a informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara?”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
P

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, esclareceu aos senhores deputados nomeadamente aos líderes dos Grupos Municipais que na próxima sessão, a intervenção dos mesmos, no período do público será apenas para complementar e não para suscitar novas questões, nem para defender posições, que, sendo legítimas serão colocadas no período antes da ordem do dia, para que a mesa não apresente dificuldades em decidir dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, sendo que no caso acha que deve. -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra disse. “Em resposta às questões colocadas, nomeadamente pelo senhor Avelino Antunes e iniciando pela falta de funcionários no jardim-de-infância, tal como foi anteriormente dito, a Câmara tem a responsabilidade de contratar os funcionários, mas a gestão dos mesmos é dos agrupamentos. A forma de trabalhar, é a mesma desde sempre, simples, objetiva e clara e surpreende-me que os senhores deputados continuem com dúvidas. A Câmara cumpre os rácios e coloca em cada escola o número de funcionários adequado. Todos sabemos que o período de férias é calculado de acordo com o período de férias também dos alunos, mas as baixas médicas são imprevisíveis. Por este motivo é difícil prever o número de funcionários a contratar para suprir as faltas. -----

Quanto às Ruas que foram efetivamente calcetadas em Canha, posso dizer que, para além do Largo Cinco de Outubro foram as Ruas de Santo António e Tomás Piteira. -----

Ao assunto da CGD de Canha, diz o senhor deputado, que estamos submissos ao Governo, mas de facto não estamos e temos reivindicado para que a situação seja considerada. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ALA
47
E

O senhor deputado Alfredo Rodrigues, referiu que alguns autarcas não mostram vontade em resolver problemas, mas a verdade é que devido ao cumprimento de Leis, as situações resolvem-se com maior ou menor celeridade. -----

Em resposta ao senhor deputado Cipriano Pisco, sobre o problema existente na escola D. Pedro Varela, reforço, com o facto de ter sido feita uma contratação de inserção temporária, a fim de colmatar as faltas em situações de baixa médica. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberto o período Antes da Ordem do Dia. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

Seguidamente, submeteu-se à aprovação as atas, tendo as mesmas obtidas as seguintes deliberações: -----

Ata n.º 2 de 17 de fevereiro de 2017

Aprovada por unanimidade. -----

Ata n.º 3 de 24 de fevereiro de 2017

Aprovada por unanimidade. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que a Mesa tinha um conjunto de informações a prestar. Assim, deu a palavra ao **1º Secretário da Mesa, Pedro Carromeu**, que leu o 1º despacho, que abaixo se transcreve: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DESPACHO DA MESA

I

O Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, prevê que as sessões dos órgãos deliberativos das autarquias locais são públicas devendo o seu Regimento fixar um período para a intervenção e esclarecimento do público, v.g. artigo 49º, nº1 da lei. O Regimento da Assembleia Municipal do Montijo aprovado em 3 de dezembro de 2015, no seu artigo 40º prevê o uso da palavra pelo público, igualmente o artigo 32º, nº 1, consagra o período de intervenção do público e ainda o artigo 33º. Consagra o Regimento no seu artigo 40º que nesse período de intervenção aberto ao público, “qualquer munícipe ou cidadão pode colocar questões ou solicitar esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o município...” Mais refere que qualquer membro da Assembleia ou da Câmara prestará os esclarecimentos solicitados, prevendo-se ainda, que caso não seja possível o cidadão ou munícipe ser esclarecido, naquele momento será informado posteriormente por escrito, sendo dado conhecimento da resposta à Assembleia. Não raras vezes o cidadão/munícipe coloca questões que, não obstante serem respondidas por quem é interpelado, suscita-se, no entanto, a possibilidade de poder ser dada a palavra aos membros da Assembleia Municipal para complementar o esclarecimento. Acontece mesmo que alguns munícipes, solicitam que cada uma das “bancadas” na Assembleia Municipal PS, CDU, PSD e BE se possam também pronunciar sobre as questões colocadas. Ora, sobre as questões colocadas não há lugar a debate, a propósito das mesmas, assim o diz o nº 4 do artigo 40º do Regimento. Esse debate a existir deverá ser

AM
[Handwritten signature]



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

realizado já no “período antes da ordem do dia” como previsto na alínea d), do nº 1 do artigo 34º do Regimento. -----

Porém, pode acontecer que já neste período, “antes da ordem do dia”, o munícipe/cidadão já não se encontre presente e não poderá tomar conhecimento de eventual debate ou resposta às questões que levantou ou perguntas que formulou. No cotejo entre as disposições do artigo 40º (uso da palavra pelo público) e agora a acabada de referir do artigo 34º (período de antes da ordem do dia), afigura-se-nos ser possível que o munícipe/cidadão possa ser esclarecido, se tal for possível, desde que não dê lugar a debate. Isto é, salvo melhor interpretação, que quem usa da palavra é para esclarecer tão só o munícipe/cidadão sem qualquer referência a esclarecimentos, entretanto, já prestados por outros membros da Mesa, da Assembleia ou da Câmara. -----

É neste quadro e para evitar as sucessivas interpelações à Mesa sobre esta matéria, recorrentemente, que se nos afigura poder ser dada a palavra a qualquer membro da Assembleia para esclarecer, informar o munícipe/cidadão, sem mais. -----

O senhor **1º Secretário da Mesa - Pedro Carromeu**, no uso da palavra, leu também, a primeira informação da Mesa, alusiva à Reunião com a Direção do Futebol Clube Jardense, que se passa a transcrever: -----

INFORMAÇÃO DA MESA

I

Ata da reunião realizada em 3 de março de 2017, com a Mesa da Assembleia Municipal, os representantes dos Grupos Municipais e o Vice-Presidente da Direção do União Futebol Clube Jardense. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
h
E

Reunião com a Direção do Futebol Clube Jardense

No dia três de Março de dois mil e dezassete no Gabinete da Presidente da Assembleia Municipal do Montijo, a pedido do Grupo Municipal da CDU e na sequência de uma intervenção proferida pelo Senhor Carlos Sousa, Vice-Presidente do Futebol Clube Jardense no Período de Intervenção do Público na Assembleia Municipal realizada no dia dezassete de Fevereiro de dois mil e dezassete, reuniu-se a Mesa da Assembleia Municipal, os representantes dos Grupos Municipais e o senhor Carlos Sousa, Vice-Presidente da Direção do Futebol Clube Jardense. A Mesa esteve representada pela sua Presidente, Maria Amélia Antunes e pelo Primeiro Secretário Pedro Carromeu. O Grupo Municipal do Partido Socialista esteve representado pela Senhora Deputada Fernanda Fernandes, o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária esteve representado pelo Senhor Deputado Avelino Antunes, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda esteve representado pelo Senhor Deputado Cipriano Pisco. O Grupo Municipal do Partido Social Democrata não se fez representar.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes e justificou a razão para a realização da reunião. -----

O senhor Carlos Sousa iniciou a sua intervenção começando por evidenciar o papel desportivo, onde elencou as várias modalidades que se podem praticar no clube assim como as diversas atividades de apoio à comunidade local que têm realizado. -----

Expressou também a sua tristeza perante o facto de, por impossibilidade de representação da Câmara Municipal não ter conseguido entregar a faixa correspondente ao título de campeões distritais de futebol 11 - escalão de iniciados. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata
21
P

Referiu ainda os apoios ao nível social que são concedidos a jovens carenciados para a prática de desporto no clube. -----

Seguidamente abordou o assunto relativo à aquisição de um relvado sintético por parte do clube, com o objetivo de ser colocado no campo do esteval, ficando este a ser gerido pela Câmara Municipal, dando cumprimento ao contrato programa que o clube estabeleceu com a Câmara, com vista à valorização desse espaço desportivo. O senhor Carlos Sousa expressou o seu desagrado, por não ter obtido nenhuma resposta relativamente a esta proposta por parte da Autarquia. -----

O senhor Carlos Sousa informou também os presentes do descontentamento do clube perante o facto de a Câmara Municipal não ter cumprido o acordado para o transporte do relvado sintético entre a empresa que o cedeu em Lisboa e a sede do clube. A Autarquia não assegurou o transporte na totalidade do relvado, tendo o clube que recorrer a uma empresa para que o transporte total fosse assegurado, o que onerou o clube numa despesa na ordem de 1050 Euros, despesa esta difícil de saldar para a instituição. -----

O senhor Vice-Presidente manifestou ainda o seu desagrado perante as dificuldades de transporte colocadas pela Câmara Municipal para a deslocação dos atletas do clube para os eventos desportivos, não estando a autarquia a cumprir o contrato programa na parte referente à cedência de transportes. -----

Referiu ainda que por motivos de não emissão de uma declaração pela autarquia viram a sua candidatura de modernização de infraestruturas desportivas, com vista à melhoria do espaço dos balneários, promovida pela Federação Portuguesa de Futebol ser recusada por não cumprirem os requisitos formais. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
dy
By

Por fim, o senhor Vice-Presidente concluiu a sua intervenção, manifestando o seu desagrado pelo facto do clube ter sido mais apoiado no passado, com apoios pontuais por parte da Autarquia, do que no presente com a entrada em vigor do contrato programa. -----

Seguidamente intervieram os representantes dos grupos municipais. -----

A representante do PS, senhora Deputada Fernanda Fernandes começou por felicitar a direção do clube pelos resultados desportivos alcançados. Referiu também que só depois de conhecer o contrato programa é que estaria em condições de dar a sua opinião, não deixando de afirmar que a verificar-se algum tratamento desigual em relação ao clube comparativamente com outros clubes do concelho tinha que se averiguar quais os motivos para tal. -----

Após analisar o contrato programa, a Deputada Fernanda Fernandes afirmou que o limite de 150 Km acordado entre a Câmara Municipal e o clube tinha sido cumprido, tendo questionado o representante da direção do clube sobre efetivamente o que não estava a ser cumprido. -----

O representante do BE, senhor deputado Cipriano Pisco questionou também o senhor Carlos Sousa sobre o compromisso que a Câmara tinha assumido com a direção do clube para o transporte da relva. -----

O senhor Carlos Sousa, em resposta às questões colocadas pela representante do Partido Socialista e pelo representante do Bloco de Esquerda afirmou que tinha sido acordado com a Câmara o transporte na totalidade da relva. -----

O representante da CDU, senhor Deputado Avelino Antunes, começou a sua intervenção por justificar que o seu grupo municipal requereu o pedido de audição do Clube, com vista à melhor perceção de todos e à compreensão dos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

problemas levantados na última Assembleia Municipal, pelo senhor Carlos Sousa, no período de intervenção do público. -----

De seguida frisou a importância do cumprimento dos contratos programa, tendo referido ainda a enorme importância que o clube assume em termos sociais. O deputado Avelino Antunes afirmou que na sua opinião o clube não tem sido tratado de forma correta por parte da Câmara, pois ao querer doar a relva à Autarquia estaria a beneficiar em grande medida o campo de futebol do Esteval. Manifestou ainda o seu desagrado perante o facto da Câmara não se fazer representar para receber do clube a faixa de campeão distrital de futebol.

Seguidamente, o deputado Cipriano Pisco referiu que tem conhecimento das dificuldades técnicas e dos custos inerentes à instalação de um relvado sintético e da sua manutenção. Propôs que se ouvisse o senhor Vereador Francisco Santos sobre as questões levantadas pelo clube. -----

Por fim, a deputada Fernanda Fernandes solicitou ao Vice-Presidente do clube que lhe facultasse o número de atletas carenciados, apoiados pela instituição que dirige. -----

Prestados todos os esclarecimentos solicitados pelos representantes dos grupos municipais, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** - prestou a segunda informação da mesa, que abaixo se transcreve: -----

INFORMAÇÃO DA MESA

II



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
K
E

Informação sobre a Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, entrega na IGF e resposta desta. -----

A senhora **2ª Secretária da Mesa - Isabel Travessa**, no uso da palavra leu a terceira e a quarta informação da mesa, que a seguir se transcreve, respetivamente: -----

INFORMAÇÃO DA MESA

III

Representação da Mesa da Assembleia Municipal de Montijo, na Sessão Solene do 25 de Abril de 2017, pelo primeiro secretário Pedro Carromeu. -----

INFORMAÇÃO DA MESA

IV

Ausência de resposta do senhor Presidente da Câmara, às seguintes solicitações: -----

Relatório dos Acordos de Execução, solicitação de 7 de outubro de 2016, reiterada em 15 de novembro de 2016, que obteve como resposta, que logo que concluídos, seria deles dado conhecimento à Câmara Municipal e, enviada cópia dos mesmos à Assembleia Municipal; -----

Solicitação de 22 de fevereiro de 2017, do senhor Deputado Francisco Salpico da CDU, sobre a calendarização dos trabalhos previstos para garantir as acessibilidades a todos os edifícios municipais; -----

Solicitação de 22 de fevereiro e reiterada em 30 de março de 2017, de cópia de todas as propostas aprovadas em reunião de câmara, com assunção de compromissos plurianuais de acordo com a afirmação do senhor Presidente



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
V
E

“que ao longo dos tempos, tivemos outros casos, situações de investimentos previstos com plurianualidade, autorizados pela Assembleia Municipal aquando das aprovações das Grandes Opções do Plano, permitindo efetivamente que esses casos vão até ao Tribunal de Contas e venham visados”, para efeitos de avaliação do cumprimento de autorização prévia genérica desta Assembleia Municipal, de 29 de novembro de 2013.-----

O senhor **Deputado Municipal - Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra disse: “Sobre o assunto da escola D. Pedro Varela, salientamos que somos contra a municipalização das funções do Estado, que é má para as comunidades educativas e para as populações e comunidades locais e esta é a prova disso. A Câmara tomou estas iniciativas no seguimento da intervenção dos pais na sessão de Câmara. Existe uma fronteira entre a responsabilidade da Câmara e a responsabilidade do agrupamento. Sendo que a Câmara assumiu obrigatoriamente a colocação de funcionários e se não acautelou as ausências a responsabilidade é sua. -----

Quanto à CGD, o que sabemos é que existe um governo minoritário do PS e foi esse governo que tomou essas medidas juntamente com a administração da CGD. A situação insere-se no ataque feito à única instituição pública e por muitos daqueles que fazem figas e querem a privatização da CGD, não vale a pena esconder. Em Canha, a Presidência da Junta de Freguesia é PSD e tem que assumir responsabilidades”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
↓
R

Ainda no uso da palavra, o senhor **Deputado Municipal - Avelino Antunes** (CDU), leu uma intervenção política e uma Moção, cujos teores abaixo se descrevem, respetivamente: -----

Intervenção política

“Fez agora 43 anos, que os gloriosos Capitães de Abril, interpretando a luta anti- fascista, os desejos, anseios e necessidades do Povo Português, puseram termo à ditadura fascista que durante 48 anos amordaçou, oprimiu, torturou e matou aqueles que muito justamente lutavam pela liberdade e contra a ditadura fascista. -----

Com a gestão heroica dos Capitães de Abril e com o povo na Rua realizou-se a revolução, devolvendo a liberdade ao povo e alcançando grandes transformações económicas e sociais que permitiram melhorar as condições de vida do nosso povo, pondo termo a uma oligarquia financeira, nos tentáculos da ditadura fascista e a uma guerra colonial injusta onde muitos dos filhos do nosso povo perderam as suas vidas e outros ficaram com graves sequelas para o resto das suas vidas. -----

Foi isto e muito mais a ditadura fascista que temos sempre que denunciar e não permitir o seu branqueamento e transmitir às gerações mais jovens e vindouras. Com o 25 de Abril, com a revolução de Abril, as condições de vida do nosso povo melhoraram de forma gritante, de que são exemplo, entre outros, a melhoria dos salários, o direito a férias, subsidio de férias e décimo terceiro mês, para todos os trabalhadores, a reforma agrária, o direito à habitação, o direito à educação, o serviço nacional de saúde, o poder local democrático, o direito de livremente eleger ou ser eleito para órgãos governantes, a Constituição da República Portuguesa, uma das mais progressistas do Mundo. --



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
↓
Ry

Mas a nossa Democracia, alcançada com o 25 de Abril, foi desviada por sucessivos governos, do trilho e do caminho que as portas do 25 de Abril abriu e que a Constituição da República consagrou, criando condições e dando origem a um desenfreado neoliberalismo que em nome de uma dita democracia, esvaziaram os bolsos de quem trabalha, das camadas antimonopolistas e mais desfavorecidas do nosso povo, privatizando a torto e a direito, pondo em causa direitos fundamentais do nosso povo e o acesso aos serviços públicos a que tem direito, ao mesmo tempo que enchem os bolsos dos grandes grupos económicos de forma inaceitável, aumentando a miséria e a fome, fatores que fomentam e criam condições para o aparecimento do populismo, da xenofobia e do terrorismo, fruto das políticas neoliberais que varrem o País, a Europa e o Mundo. -----

Foi esse desenfreado neoliberalismo que originou e faz pagar ao povo os devaneios, as atrocidades e os crimes económicos que os senhores Banqueiros causaram ao País, ao abrigo da legislação criada por esse sistema. -----

É esse mesmo sistema que nos impôs um dito empréstimo, a ditadura do défice e o garrote da dívida e que teimam em não querer rever nos seus prazos, juros e montante. -----

Comemorar, festejar Abril, lutar por Abril, não é um mero ato tradicional ou ritual, mas sim um ato na defesa de uma democracia política, económica, social e cultural como determina a Constituição da República Portuguesa. -----

Comemorar, festejar Abril, lutar por Abril, é defender o aumento do salário mínimo já para seiscentos Euros, a reposição dos salários roubados, o direito ao trabalho e o trabalho com direitos, a defesa da escola pública, o pleno funcionamento do serviço nacional de saúde, a defesa da segurança social,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
H R

pensões justas e a exigência de uma justa repartição da riqueza já criada e a criar. -----

Comemorar, festejar Abril, lutar por Abril, é defender o poder local democrático com uma lei das finanças locais nos termos que a Constituição consagra, uma descentralização acompanhada dos devidos meios e não como um presente envenenado, a Regionalização, pilar indispensável e necessário para uma verdadeira descentralização e a devolução das Freguesias roubadas ao povo. ---- Não basta dizer que é necessário combater o populismo, a xenofobia e o terrorismo, o fundamental é pôr termo ao desenfreado neoliberalismo que avassala este Mundo impróprio e injusto. -----

Comemorar, festejar Abril, lutar por Abril, é defender o aproveitamento das nossas riquezas, a defesa do nosso aparelho produtivo e o aumento da produção e a libertação da subjugação ao euro e defender a nossa independência e soberania. -----

Ao nível local, comemorar, festejar Abril, lutar por Abril, é defender o direito à mobilidade e aos serviços públicos a que a população tem direito, é lutar contra o encerramento do Balcão da Caixa Geral de Depósitos em Canha, é defender o fim da discriminação das Freguesias e uma verdadeira descentralização através de contratos inter-administrativos com as freguesias, nomeadamente na área da limpeza. -----

É defender o direito à saúde e a construção de um novo aeroporto, de forma faseada no Concelho do Montijo, freguesia de Canha, com custos de cinco mil milhões de euros, gastos em quatro fases até 2050, arrastando consigo por força das regras em vigor, a construção de um novo Hospital Público, no Concelho do Montijo, com a empresa Francesa VINCI, a custear as obras do



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AG
M

novo aeroporto de acordo com o contrato assinado quando da famigerada privatização da ANA, criando mais de sessenta mil postos de trabalho, onde o Concelho do Montijo não será um ponto de partida mas sim um ponto de chegada, acautelando todos os impactos negativos, aproveitando e valorizando todas as mais-valias num desenvolvimento económico, social, integrado e harmonioso ao serviço das populações, sendo esta a opção que melhor serve os interesses Nacionais, Regionais e do Concelho do Montijo. -----

É defender e respeitar o regular e normal funcionamento das instituições do poder local, no respeito por todos os seus intervenientes como forma natural e normal do exercício do poder autárquico. -----

É realizar comemorações e festejos do 25 de Abril, dignos desse nome como acontece nos Concelhos vizinhos. -----

É pôr termo à vitimização, ao populismo e aos tiques da xenofobia da gestão autárquica PS/Nuno Canta, que, cada dia que passa empobrece mais o nosso Concelho. -----

É urgente e necessário mais e melhor Montijo. -----

Por Abril e com Abril, CDU A Mudança Necessária. -----

Viva o 25 de Abril. -----

Viva o Montijo. -----

25 de Abril Sempre, Fascismo Nunca Mais". -----

Moção

“Considerando que o Governo do PS e a Administração da Caixa Geral de Depósitos pretende encerrar o seu balcão em Canha. -----

Considerando que o balcão da Caixa Geral de Depósitos é a única instituição financeira sediada na freguesia de Canha. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
B ✓

Considerando o isolamento a que está sujeita a população de Canha, com a falta enorme de transportes públicos. -----

Considerando que o próximo balcão da Caixa Geral de Depósitos se situa na Cidade do Montijo a mais de 35 Km ou Vendas Novas a mais de 25 Km. -----

Considerando que a população de Canha é muito envelhecida. -----

Considerando que a atitude de retirar o balcão da Caixa Geral de Depósitos em Canha é inaceitável pelos prejuízos sociais e incómodos que causa à população.

Considerando que esta ofensiva não está desligada do objetivo de enfraquecer para privatizar a Caixa Geral de Depósitos. -----

Considerando que o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos em Canha contraria uma caixa ao serviço do povo e de economia local. -----

Considerando em todo este processo o papel lamentável da gestão do PS na Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Canha, que submissos ao Governo e à Administração da Caixa Geral de Depósitos voltaram as costas ao Povo. -----

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida em 27 de abril de 2017, manifesta:
Exigir do Governo e da Administração da Caixa Geral de Depósitos a manutenção do balcão aberto em Canha. -----

Manifestar o seu total empenho e apoio à luta da população contra o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos em Canha”. -----

A senhora **Deputada Municipal - Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, leu uma Saudação intitulada – **Pelo 43º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974**, cujo teor passo a transcrever: -----

“Ergue-te ó Sol de Verão -----

Somos nós os teus cantores -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

Da matinal canção -----

Ouvem-se já os rumores -----

Ouvem-se já os clamores -----

Ouvem-se já os tambores. -----

José Afonso, Coro da Primavera -----

A compreensão da importância da revolução de 25 de abril de 1974 que nos permitiu, como povo, entidade coletiva unida pelos desígnios da história e da cultura, trilhar os caminhos da democracia, não será integralmente entendida sem que demos a devida importância à poesia social e política que logrou combater a ditadura e às cantigas de intervenção que, em grande parte, marcaram a nossa entrada na democracia. -----

Estas poesias, canções que iludiam na metáfora poética os estreitos limites da ditadura, diagnosticaram a triste realidade histórica de quase cinquenta anos de Estado Novo e inspiraram a geração dos «filhos da madrugada» (José Afonso), pontuando a nossa história recente com uma estética própria, centrada na ideia de “Pátria”. -----

A estética da pátria amordaçada sob o peso da pobreza material e espiritual que a ditadura gerou. Como exortou Miguel Torga: -----

«Pátria (...) -----

É de agora ou de sempre esta paisagem -----

Sem palavras -----

Sem gritos, -----

Sem o eco sequer de uma praga incontida? -----

Ah! Portugal calado! -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
[Handwritten signature]

Ah! Povo amordaçado -----

Por não sei que mordaza consentida! -----

Miguel Torga, Panorama -----

Também, a estética do exílio e da miserável emigração pela qual os portugueses procuravam, fora do seu país, uma vida mais digna: -----

«Pergunto ao vento que passa -----

notícias do meu país -----

e o vento cala a desgraça -----

o vento nada me diz. (...) -----

Manuel Alegre, Trova do Vento que passa -----

(...) -----

Vi a minha pátria derramada -----

Na Gare de Austerlitz. Eram cestos -----

E cestos pelo chão. Pedacos do meu país. -----

Restos. -----

Braços. -----

Minha pátria sem nada -----

Sem nada -----

Despejada pelas ruas de Paris.» -----

Manuel Alegre, Portugal em Paris -----

O poeta Daniel Filipe, a propósito do 1º de maio (proibido) de 1962, cantava a luta antifascista: -----

Roga por nós, ó pátria, ó sonho sem fronteira! -----

por nós, a quem recusam a alegria, -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
↓
E

a liberdade, o pão de cada dia -----

a vida verdadeira! -----

(...) -----

Contigo iremos pela noite fora, cantando. -----

Erguendo rútilas bandeiras -----

por sobre aldeias, campos, sementeiras, -----

como os arcanjos portadores da aurora. -----

(...) -----

Daniel Filipe, Pátria, lugar de exílio -----

(excerto musicado e cantado por Luís Cília) -----

Pela poesia de intervenção se imortalizou, também, esta «manhã clara» de abril, que recomeçou a história de Portugal, quando os militares abriram a porta larga da esperança no futuro: «as portas que abril abriu» (J.C. Ary dos Santos). --

Pela poesia de intervenção se anunciou a chegada da nova era democrática. Se elevaram os nossos desígnios comuns à vontade soberana do nosso Povo. Se festejou a Liberdade e se catou a Esperança: -----

« (...) -----

E assim se lembra outro dia febril -----

Que em tempos mudou a história, -----

numa madrugada de abril, -----

quando os meninos de hoje -----

ainda não tinham nascido -----

e a nossa liberdade -----

era um fruto prometido -----

tantas vezes proibido -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

(...)» -----

(José Jorge Letria) -----

Assim cantou José Jorge Letria. -----

Manuel Alegre ajudou-nos a consolidar a ânsia de liberdade, a luta pela dignidade e a democracia, com o Amor à Pátria reencontrada: -----

«Eu podia chamar-te pátria minha -----

Dar-te o mais lindo nome português -----

Podia dar-te um nome de rainha -----

Que este amor é de Pedro por Inês» -----

Manuel Alegre, Uma flor de verde pinho -----

Saudamos o 25 de abril na letra, no espírito – na música. -----

Na história que foi e no projeto que é. -----

Viva o 25 de abril, SEMPRE! -----

Ainda no uso da palavra, a senhora **Deputada Municipal**, leu uma declaração política sobre, **o Aeroporto do Montijo, a polémica e a melhoria das condições de vida da população**, a qual abaixo se transcreve: -----

“Permiti-me que comece, como introdução, com a leitura deste excerto do nosso poema maior – Os Lusíadas, de Luís de Camões. É um excerto do episódio do Velho do Restelo. -----

"Mas um velho d'aspeito venerando, -----

Que ficava nas praias, entre a gente, -----

Postos em nós os olhos, meneando -----

Três vezes a cabeça, descontente, -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
[Handwritten signature]

A voz pesada um pouco alevantando, -----

Que nós no mar ouvimos claramente, -----

C'um saber só de experiências feito, -----

Tais palavras tirou do experto peito: -----

"Ó glória de mandar! Ó vã cobiça -----

Desta vaidade, a quem chamamos Fama! -----

Ó fraudulento gosto, que se atiça -----

C'uma aura popular, que honra se chama! -----

(...) -----

Luís de Camões, Lusíadas. Excertos do episódio do 'Velho do Restelo' -----

Passemos, então, ao nosso tema, que dividi em três partes: -----

1º os factos históricos; -----

2º os factos políticos; -----

3º os não-factos. -----

1- FACTOS HISTÓRICOS -----

1.1 A discussão acerca da necessidade de um novo aeroporto que servisse a região de Lisboa, em alternativa ou em complemento da Portela, iniciou-se no final dos anos 60, ainda antes do 25 de abril – nesta altura apontou-se a possível para a zona do Rio Frio, solução que foi abandonada perante as grandes alterações históricas dos anos 70, que todos conhecemos. -----

1.2 O assunto foi retomado no final do século XX, sendo escolhida como localização, a Ota. Em 1999 foram gastos em estudos mais de 40 milhões de euros, segundo revelou o Tribunal de Contas em 2011. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

At
h
E

- 1.3 Em 2007, quando era ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações Mário Lino, a construção do novo aeroporto de Lisboa estava prevista para a Ota (é o tal episódio: na Margem Sul, «Jamais!»). -----
- 1.4 Em novembro de 2007 (depois da declaração do ministro) foi entregue ao governo um estudo, realizado pelo Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada da Universidade Católica, que analisou comparativamente a construção do aeroporto na Ota e em Alcochete e, ainda, uma terceira possibilidade: a manutenção da Portela aliada à construção de uma nova infraestrutura aeroportuária em Alcochete ou no Montijo. Os autores deste estudo concluíram que a opção mais vantajosa era a solução designada "Portela + Montijo". -----
- 1.5 Em maio de 2008, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução que confirmou a localização do novo aeroporto internacional de Lisboa na zona do Campo de Tiro de Alcochete, seguindo as conclusões do relatório ambiental final elaborado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a pedido do executivo da altura. O projeto representava um investimento de cerca de 4,9 mil milhões de euros (incluindo a construção e o valor a investir no período da concessão). Este projeto abortou com a crise e a entrada da TROIKA em Portugal. -----
- 1.6 Em 2015, o Governo PSD/CDS-PP, quando era secretário de Estado dos Transportes Sérgio Monteiro, leva a cabo a privatização da ANA, recebendo 3 mil milhões de euros. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures in blue ink, including a large 'A' and a checkmark.

- 1.7 A decisão política deste governo foi a de usar este dinheiro no abatimento da dívida pública, ao invés de constituir o fundo financeiro para a construção do novo aeroporto. -----
- 1.8 Perante este importante condicionamento financeiro, são postos de parte os megaprojetos. É então retomada, pelo Governo de Passos Coelho, a solução "Portela + 1" e criado um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade de um aeroporto complementar, encontrando-se em cima da mesa três alternativas: as bases aéreas de Sintra, Alverca ou Montijo (possibilidades economicamente sustentáveis do ponto de vista financeiro, carecendo de avaliação técnica). -----
- 1.9 De entre estas três possibilidades, veio a confirmar-se ser a BE do Montijo aquela que era tecnicamente mais adequada, tendo em conta a orientação da pista de aterragem (paralela à pista do aeroporto Humberto Delgado, Lisboa). -----
- 1.10 O Governo atual prosseguiu na senda do aeroporto na BA6, assinando com a ANA - Aeroportos de Portugal, no dia 15 de fevereiro, um memorando de entendimento visando a implementação de " um aeroporto no Montijo, complementar ao de Lisboa". -----
- 1.11 Foi divulgado recentemente o estudo de compatibilização entre o uso civil e militar do novo aeroporto, a curto, médio e longo prazo, solicitado pelo Governo à Força Aérea Portuguesa. -----
- 1.12 Os estudos realizados permitem verificar, a vários níveis, a sustentabilidade do projeto em aspetos importantes: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata
Handwritten signature in blue ink.

- Viabilidade técnica, de segurança e ambiental; -----
- Capacidade do investimento ser totalmente financiado pelas próprias taxas aeroportuárias; -----
- Garantir os níveis competitivos das taxas aeroportuárias (em valores baixos e atrativos para as companhias) -----
- Rapidez de execução, garantindo resposta atempada à situação de crescente esgotamento do aeroporto Humberto Delgado -----
- Durabilidade média de cerca de 5 décadas. -----

2- FACTOS POLÍTICOS -----

Ao longo deste vai-vem histórico do aeroporto, a posição dos executivos socialistas, no Montijo, pautaram-se pelas seguintes atitudes: -----

- 2.1- A defesa incontestável da possibilidade de trazer a infra-estrutura aeroportuária para a região sul, nomeadamente para o corredor sul (Montijo- Alcochete). -----
- 2.2- Uma luta firme e pragmática, orientada para as soluções em jogo de forma realista (e não confundindo as cartas nem baralhando as jogadas, através de retóricas inspiradas em hipóteses mirabolantes, que não estão em cada momento, em cima da mesa). -----
- 2.3- Assim: -----
- Quando a alternativa se colocou entre Ota e o Campo de Tiro de Alcochete, defendemos, naturalmente, o Campo de Tiro de Alcochete, outra coisa não seria admissível, nem as populações da região o compreenderiam. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten initials or signature in the top right corner.

2.4- Abandonada a hipótese de uma infra-estrutura autónoma e optando (os 2 últimos governos) por uma solução conjugada com a continuação do aeroporto Humberto Delgado (Lisboa), pela adaptação das Bases aéreas limítrofes: BA Sintra, BA Alverca e BA Montijo – defendemos firme e entusiasticamente a BA6 do Montijo, com certeza! -----

Este é o facto político: **o da defesa do desenvolvimento estratégico para a nossa terra, para a nossa região.** Porquê? - Porque promove a criação de infra-estruturas modernizadas e qualificadas ao nível dos transportes, turismo, comércio, habitação, etc. -----

- Porque cria empregos diretos e indiretos numa quantidade que seria impossível, de outra forma, virem a reproduzir nesta região.

- Porque o emprego é a principal base do bem estar social e económico, condição essencial para o bem estar das famílias e a dignidade dos indivíduos. -----

Que diriam os montijenses se não acautelássemos os seus interesses, se não lutássemos pelo seu progresso e bem estar? -----

- A vinda do progresso e do bem estar social, sabe o executivo e sabe-o toda a gente de bom senso, não é, nunca será, isenta de eventuais novos problemas. Eles podem ser ambientais, mas também de segurança e sociais. Podem até ser outros, que neste momento nem perspetivamos. Ninguém o ignora. Por isso, o progresso não é um valor absoluto, que se imponha em qualquer condição. E, por isso, temos que nos mobilizar para orientar o desenvolvimento no caminho certo, sustentável e reprodutivo. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

O Executivo socialista e o seu Presidente, Nuno Canta, permitiram-se e permitem-se acautelar e garantir para a nossa terra, as melhores contrapartidas possíveis, nomeadamente em termos de acessibilidades, ambientais e de segurança. Disso foi exemplo o primeiro momento de negociação, rejeitando um protocolo onde as ditas contrapartidas **não** eram explícitas nem suficientes. -----

Que diriam os montijenses – que diria, hoje, a oposição, mesmo a que concorda com a solução em curso - se não acautelássemos com prudência e sem precipitação, os interesses das nossas gentes? -----

3º - NÃO FACTOS -----

O espírito crítico é o corolário da razão humana e da inteligência. A crítica permite-nos 'olhar de novo' um problema, olhá-los de todas as perspetivas. É, por isso, irmã da cautela e da vontade avisada. Toda a crítica é bem vinda, pois que é enriquecedora. -----

O homem é um ser crítico por essência e definição. -----

Por isso, nenhuma grande obra esteve, alguma vez, isenta de polémica; recordamo-nos todos das polémicas em redor da construção da ponte Vasco da Gama, que teve comissões contra e comissões a favor. Hoje, teríamos de fazer um grande esforço para imaginarmos como seria o Concelho do Montijo (e não só) se a ponte não estivesse onde está. E o resultado do nosso esforço não seria nada positivo! -----

Também há, em cada um de nós, um 'Velho do Restelo' que agiganta os males da mudança, dos novos tempos e que jura que o homem pagará bem caro o arrojo de querer ir mais longe, de melhorar as suas condições de vida e de vencer. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Creio que foi o que animou o personagem de Camões – esse conservadorismo intrínseco, medroso, mas genuíno, que existe no fundo de todos nós, mas que a nossa razão tem de ser capaz de domesticar. -----

Não farei, portanto, a indelicadeza (ao verdadeiro ‘Velho do Restelo’) de associar esta atitude ingénua à atitude dogmática e demagógica que visa transformar esta importante questão do aeroporto, tão decisiva para o Montijo e para a região sul do arco ribeirinho, numa chicana estéril e motivada por interesses pouco claros, confundido questões, baralhando informação, enfim, enganando os montijenses com não-factos. -----

São várias as falácias, mas eu agrupá-las-ia em 2 grupos de não-factos: -----

1. Fazer crer que as hesitações e decisões históricas acerca do tema ‘aeroporto’ decorrem de aspetos de governação do executivo socialista e até, mesmo, de características pessoais do Sr. Presidente da Câmara. -----

Como acontece quando se substitui a crítica séria e a discussão esclarecedora pelo ‘ataque ao homem’ (a mais indigna falácia que contamina o discurso político, uma verdadeira – e organizada – deseducação política do Povo, vá-se lá a saber porquê e para quê...!) – como todos já ouvimos e lemos; -----

2. Fazer crer que ‘está em cima da mesa’ o que não está: uma possível alternativa de escolha entre a localização BA6 – Montijo e a localização Campo de Tiro – Canha (que seria também Montijo, note-se! -----

Como acontece quando se baralha deliberadamente o que é, o que pode ser, o que foi e não é... e assim por diante..., manipulando o discurso político e desrespeitando a inteligência e a boa fé das populações que residem no Montijo e arredores – como todos já ouvimos e lemos. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata
↓
✓

Enquanto membros da Bancada do PS, eleitos democraticamente, exortamos o executivo socialista presidido por Nuno Canta, a prosseguir a sua política de incansável defesa dos interesses da população do Montijo – neste e noutros aspetos; a potenciar o bem estar e a dignidade social e económica, a colocar o Montijo e os seus munícipes, no «mapa» do desenvolvimento”. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, no seguimento da intervenção da senhora Deputada Fernanda Fernandes, disse: “A senhora deputada fez esta declaração em nome do Partido Socialista e, é minha obrigação, em termos de consciência, honestidade e seriedade, colocar duas coisas; em 1998/1999, a defesa do Partido Socialista defendeu a OTA e existem documentos escritos que explicam o porquê, naquela altura. Eu defendi a OTA, o Partido Socialista do Montijo defendeu a OTA, os autarcas do Partido Socialista defenderam a OTA. Em relação a esta questão que vigora, eu revejo-me em grande parte nos factos históricos, até o Engenheiro Sócrates em janeiro de 2008, anunciar a construção do aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete e lamento que a declaração do Partido Socialista não o refira. Sendo o Primeiro-ministro a anunciar que após decorrerem os estudos verificou-se que a melhor localização para o aeroporto Internacional de Lisboa seria, de facto, o Campo de Tiro de Alcochete. Também não me revejo inteiramente nesta declaração, em muitos dos argumentos. -----
Até 2014, o Partido Socialista do Montijo defendeu que a alternativa para o aeroporto Internacional de Lisboa, seria no Campo de Tiro e não no aeroporto complementar. Posição que eu mantenho em coerência e farei uma declaração sobre isso. Não gostaria de passar esta situação porque me parece importante,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Arq
sh
B

histórica e a minha consciência de Socialista e de autarca exige que eu faça estas notas, mesmo porque ficam para memória futura. -----

O senhor **Deputado Municipal - João Figueiredo** (PSD), no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Na última Assembleia Municipal de dezassete de fevereiro, a bancada do PSD colocou ao senhor Presidente da Câmara Municipal, um conjunto de questões relativas ao novo memorando do aeroporto do Montijo assinado a quinze de fevereiro, por forma a entendermos que diferenças existiam entre o anterior memorando e o atual, que ao fim de dois anos já possibilitaram a assinatura do documento. Não convencidos das respostas dadas pelo senhor Presidente, pedimos na última Assembleia Municipal que a Câmara Municipal do Montijo nos fizesse chegar, o que até ao momento não se verificou, afirmando o senhor Presidente, em reunião de Câmara não ter o documento. Situação de estranhar, visto que os vereadores do PSD solicitaram cópia do documento ao gabinete do Secretário de Estado das infraestruturas, tendo esse órgão enviado a informação requerida no espaço de uma semana. Quem não deve, não teme e neste caso parece-nos que há receio por parte do senhor presidente da Câmara em divulgar o referido documento. Relembro as questões que foram apresentadas na última Assembleia Municipal ao senhor Presidente, nomeadamente: o que está escrito no memorando de quinze de fevereiro, que garanta a execução do seu caderno de encargos e que o levou a só agora desbloquear o processo e quem vai pagar o caderno de encargos que a Câmara Municipal de Montijo apresentou à ANA. A estas perguntas e conforme se pode verificar nas páginas setenta e oito e setenta e nove da respetiva ata, o Presidente da Câmara diz-nos que “... *não pode este*



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

memorando deixar de ter uma palavra ainda que simples, mas que seja de conetividade entre a Cidade do Montijo e o aeroporto. Estas questões são importantes para efetivamente garantir a situação, é por causa disso que o Presidente da Câmara Municipal, eu, não assinamos o memorando..." mais à frente "... Como será suportado o caderno de encargos, é um caderno de encargos, como já disse de conetividade com o próprio aeroporto, ele será cumprido obrigatoriamente senão a infraestrutura fica de certa forma deficientemente instalada no território. Portanto, é uma questão que está obrigatoriamente a ser necessário fazer..." e na página setenta e nove "... Quem paga o caderno de encargos é o investidor a ANA Aeroportos, uma vez que o estado também coloca esta questão na ANA Aeroportos...". Já na posse do memorando, a bancada do PSD procedeu à análise do documento com vista à identificação das principais diferenças e garantias que supostamente foram dadas ao Município... A primeira diferença que salta à vista, é que neste memorando a Câmara Municipal do Montijo não faz parte das entidades referenciadas para assinatura do documento, estando a Autarquia ausente de um documento histórico para a Cidade e ficando a sensação de que não foi tida nem achada na redação final. Por outro lado, dos dezanove pontos e oito cláusulas constituintes do memorando, apenas identificamos os seguintes pontos referentes à tão falada "conetividade" do futuro aeroporto com a Cidade do Montijo, nomeadamente: -----

- 17 - A efetivação desta solução implica a adaptação dos sistemas de transporte coletivo da rede viária regional e local nos municípios abrangidos, tendo em vista o bom funcionamento da operação aeroportuária e da mobilidade nos territórios; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten initials and signature in blue ink.

- 18 - No mesmo sentido importa desenvolver capacidade de operação fluvial, nas ligações entre o aeroporto complementar do Montijo e o centro de Lisboa; -----
- Cláusula 3ª - No âmbito do projeto de expansão aeroportuária de Lisboa, a Concessionária promoverá com as autarquias interessadas, a avaliação e o estudo das acessibilidades rodoviárias ao aeroporto Humberto Delgado e ao aeroporto complementar a instalar no Montijo, tendo em vista assegurar o seu adequado desempenho em face da evolução esperada da procura e das soluções propostas para a expansão aeroportuária. Em função das necessidades identificadas nesta avaliação, serão definidas e programadas de acordo com o calendário da expansão da capacidade e da procura aeroportuária, as obras necessárias para atenuar o impacto gerado pelo incremento do tráfego rodoviário nos respetivos municípios. -----

Ou seja, onde estão as tão faladas garantias que o caderno de encargos apresentado pelo Município do Montijo à ANA Aeroportos irá ser executado e financiado pela concessionária? -----

No memorando, apenas é referido que será necessário adaptar o sistema de transportes públicos para servir o novo aeroporto, mas não menciona a quem compete a responsabilidade de executar e financiar. -----

E por último, apenas é mencionado que a ANA irá promover com as autarquias interessadas a avaliação e estudo das acessibilidades rodoviárias ao aeroporto. Então e se estes estudos concluírem que em termos de acessibilidades, apenas será necessário criar um novo Nó Rodoviário na Ponte Vasco da Gama junto ao aeroporto? -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
[Handwritten signature]

E quanto às infraestruturas de saneamento ou reabilitação ribeirinha com ligações pedonais em madeira desde o Seixalinho ao Centro da Cidade, que o Município apresentou no seu caderno de encargos? -----

Senhor Presidente, se dúvidas existissem sobre o porquê, da não divulgação por parte da Câmara do Montijo, do memorando e dos motivos que levaram a autarquia a adiar em dois anos o apoio dado ao Estado Central para o avançar deste processo, ficaram totalmente esclarecidas de que apenas por razões político-partidárias o senhor é o principal responsável por ter atrasado em dois anos a abertura do novo aeroporto no Montijo. -----

Ainda no uso da palavra, o senhor **Deputado João Figueiredo**, leu uma segunda intervenção, subordinada ao tema – **Ranking**, que passo a transcrever:” No presente mês de abril, ficamos a conhecer o relatório anual Portugal City Brand Ranking, elaborado pela empresa Bloom Consulting. Esta empresa elabora anualmente o ranking dos municípios portugueses com maior capacidade de atração, de acordo com as seguintes três dimensões em que cada município é avaliado: -----

1. Negócio (Atração de Investimento); -----
2. Visitar (Atração de Turistas); -----
3. Viver (Atração de Talento). -----

O algoritmo da Bloom Consulting é composto pelas três variáveis-chave utilizadas para analisar o sucesso da marca dos municípios portugueses, bem como o seu desempenho relativo entre eles. Esta metodologia utilizada avalia a variável económica turística e social, representada por dados estatísticos, a



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
↓
e

variável das procuras, pelas pesquisas *online* e a variável da performance online, através dos sites e redes sociais de cada município. -----

Este ranking elegeu Lisboa, Porto e Cascais com as três cidades com maior atratividade de Portugal. -----

Então, mas o Montijo não era a cidade com maior atratividade de Portugal Continental, conforme os outdoors que a Câmara Municipal do Montijo espalhou pela cidade? -----

Mas surpreendentemente o Montijo, não se localiza no TOP 10, nem no TOP 25, sendo necessário recuar até ao TOP 50 para encontrar o Montijo no lugar 44 das cidades com maior capacidade de atrair investimento, visitantes e talentos. -----

Este estudo, só vem confirmar o que todos sentimos, que a atual Câmara Municipal não consegue tirar partido da ligação geoestratégica única do Montijo, uma cidade dotada de excelentes infraestruturas que nos unem aos principais polos económicos e turísticos do País, mas que esta realidade não significa a captação de novos investimentos geradores de empregos qualificados, de novos visitantes, não criando qualquer qualidade de vida digna de registo aos Montijenses. -----

Este estudo, põe a nu a ridícula mensagem colocada nos outdoors e que o senhor Presidente inúmeras vezes menciona nos seus discursos, com se as pessoas não fossem inteligentes e não sentissem a realidade do local onde vivem o seu dia-a-dia. -----

O Montijo teve o maior aumento populacional em Portugal Continental de 2001 a 2011, apenas fruto da abertura da Ponte Vasco da Gama e da especulação imobiliária que se seguiu, em que o principal fator de atração da cidade foi o baixo custo por m², das casas em comercialização. Esta especulação



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
[Handwritten signature]

desenfreada, faz com que o Montijo seja hoje a cidade do Distrito de Setúbal com mais fogos devolutos, mas esta realidade já o senhor Presidente não divulga em outdoors. -----

Como todos percebemos, a quantidade de fogos devolutos significa um excesso de oferta face à procura, este excesso de oferta baixa o preço médio das casas e o baixo preço esteve na base da atração de novos moradores. Este não é o modelo de desenvolvimento e de atração de investimento, moradores e visitantes que o PSD defende para a Cidade do Montijo. -----

O Montijo estar no lugar 44 das melhores cidades do País, é uma posição que nos envergonha, até porque temos cidades vizinhas da Península Setúbal e Almada que estão na posição 10 e 13 respetivamente. O Montijo devia ambicionar estar no TOP 10 nacional, em vez da triste realidade de ser a 10ª cidade regional. -----

Mas alguém entende, como em quatro anos não tenha sido possível, por exemplo, criar um grande balcão do investidor com forte visibilidade digital e física e capacidade para atrair investimentos para o concelho com uma boa centralidade e excelentes vias de comunicação e áreas logísticas, oferecendo informações sobre os apoios financeiros, procedimentos legais e toda a panóplia burocrática que um investidor tem de enfrentar antes de muitas vezes desistir. -----

Estou certo, que o senhor Presidente dir-me-á que estudos há muitos e para todos os gostos, mas senhor Presidente este estudo é só mais um dado que confirma o falhanço que foi a governação enquanto Presidente da Câmara Municipal no Montijo, ainda assim gostaria que me explicasse como é que o



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
4
E

Montijo, de cidade com maior atratibilidade de Portugal, afinal não é mais que a 44ª cidade do País? -----

O senhor **Deputado Municipal - Ricardo Caçoila** (BE), no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e leu uma intervenção política e uma saudação, cujos teores a seguir se transcrevem, respetivamente: -----

43 ANOS DE DEMOCRACIA

“Já passaram 43 anos desde do dia que marcou o fim de um regime totalitário que submeteu todo um povo ao atraso, à repressão e a uma guerra colonial injusta e fratricida. A 25 de Abril de 1974 a Revolução dos Cravos foi o culminar de uma revolta de militares e de cidadãos inconformados com a ausência de liberdade. -----

Abril proporcionou tudo e mais alguma coisa que a ditadura oprimia. A censura limitava o conhecimento social, político e das artes através de uma polícia política atroz e assassina. Com a Revolução de Abril, foi genial a conquista da liberdade de expressão e a liberdade de pensamento. Livros, artigos, programas de rádios, jornais estavam proibidos. Foram mais de 900 títulos de livros que foram censurados, para não falar de filmes e documentários. -----

A possibilidade de estarmos aqui a defender livremente as nossas opiniões e propostas, por muito diferentes e contraditórias que sejam, é consequência desse ato extraordinária que em 1974 restituiu a Liberdade e a Democracia ao Povo Português. Conquistou-se também com a Constituição Democrática os direitos e deveres democráticos dos cidadãos. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
ds
/

Fez 43 anos que o MFA irrompeu na madrugada de 25 de Abril com a declaração que alterou o curso do nosso país e das vidas de quem participou nesse extraordinário acontecimento. -----

Comemoramos a Revolução da Liberdade que permitiu a liberdade de expressão, a conquista de direitos de homens, mulheres e crianças, a criação de um Estado Social, um anúncio de uma nova Época, de esperança, de um país construído para todos e para todas, rompendo com as desigualdades, a fome, a miséria, a iliteracia, a ignorância e o medo. -----

Vem-nos à memória uma frase de Sérgio Godinho: “Só há Liberdade quando houver a Paz, o Pão, Habitação, Saúde, Educação, quando houver liberdade de mudar e decidir, quando pertencer ao povo o que o povo produzir”. -----

Tempos modernos relembram-nos que a democracia tem de ser conquistada e preservada com armas e punhos no ar. Sejam audazes. -----

“A única coisa de que temos de ter medo é do próprio medo” Franklin Roosevelt.” -----

SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO

“1º de maio é o Dia Internacional do Trabalhador. Esta data que tem origem na primeira manifestação de 500 mil trabalhadores nas ruas de Chicago e numa greve geral em todos os Estados Unidos, em 1886. Em Chicago culminou com uma intervenção policial fazendo 10 mortos entre os manifestantes. Três anos depois, em 1891, o Congresso Operário Internacional convocou, em França, uma manifestação anual, em homenagem às lutas sindicais de Chicago. Até 1886, os trabalhadores jamais pensaram exigir os seus direitos, apenas trabalhavam. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
↓
E

Em Portugal o 25 de Abril de 1974 permitiu que se comemorasse pela primeira vez em liberdade o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador. -----

Mas quatro décadas depois, os trabalhadores e trabalhadoras portuguesas enfrentam cada vez mais a perda de direitos e regalias que em Abril se conquistou: -----

- A taxa do desemprego atingiu nos finais de 2016 mais de 11%. A taxa do desemprego jovem esta acima dos 30%. -----

- A precariedade é um dos graves cancros das sociedades modernas. A instabilidade no emprego reduz sonhos, reduz investimento privado, torna os trabalhadores descartáveis e reduz drasticamente o valor pago por hora aos trabalhadores. -----

É neste contexto que vamos celebrar mais um 1º de maio, dia que desde o final do século XIX assinala a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e, acima de tudo, de vida. -----

Saudamos o 1º de maio, Dia Internacional do Trabalhador em Portugal e no Mundo e dos que lutam por emprego digno e com mais direitos.” -----

O senhor **Deputado Municipal - Mário Baliza** (CDU), no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e leu uma Moção intitulada **Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O povo português comemorou esta semana o 25 de Abril de 1974, data inesquecível da nossa revolução: A Revolução dos Cravos, que propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
✓

com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações; -----

Mais do que uma comemoração, foi expressa a absoluta urgência em retomar os valores de Abril, pela defesa de uma democracia avançada assente na democracia política, económica, social e cultural, componentes fundamentais de um estado democrático, para uma Pátria independente e soberana. -----

O povo português tem e deverá sempre ter o pleno direito de decidir do seu próprio destino e de escolher os caminhos que entender, conforme com a sua identidade histórica e com os seus interesses e aspirações. -----

No momento em que se assinala o 43º Aniversário da revolução de Abril, na nova fase da vida política nacional, reafirma-se que foi, é e será possível, com a força dos trabalhadores, organizados, unidos e em luta, repor direitos, melhorar as condições de vida de milhões de portugueses, combater as desigualdades e a pobreza, concretizar os Valores de Abril no Futuro de Portugal. -----

Comemorar o 25 de abril é, também, comemorar o 1º de Maio, é afirmar que só rompendo com a política de direita, só lutando e exigindo uma política alternativa para o desenvolvimento do país, nos trará o progresso social, o desenvolvimento económico, social e cultural, uma Pátria soberana. -----

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida a 27 de Abril de 2017 delibera: -----

1. Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e que são a base para uma política que sirva Portugal e os portugueses. ----
2. Saudar o 1º de Maio e a luta dos Trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida, contra a precariedade laboral, por salários e horários dignos. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
[Handwritten signature]

3. Apelar aos trabalhadores, aos eleitos autárquicos, ao movimento associativo e à população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril e 1º de maio na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e das populações.” -----

A senhora **Deputada Municipal - Isabel Travessa (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Moção**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

CONTRA O ENCERRAMENTO DA AGÊNCIA DA CGD EM CANHA

“Depois do anúncio da intenção de encerrar a agência da Caixa Geral de Depósitos (CGD) em Canha, a freguesia vai mesmo perder o seu único balcão bancário. Informações recentes dão conta de que amanhã, dia 28 de abril, será o seu último dia de funcionamento. -----

Numa região rural e cada vez mais desertificada, esta decisão terá um impacto negativo muito forte, ao aumentar o isolamento de uma população maioritariamente idosa e com dificuldades de deslocação, que em muito dependia do balcão local da CGD, nomeadamente para receber as suas reformas. Sendo a freguesia mais isolada do concelho do Montijo, Canha não dispõe de opções em termos de transportes públicos que garanta à população a necessária mobilidade, quando a agência bancária mais próxima fica em Pegões, a 13 km, e o acesso a um balcão da CGD está na sede de concelho, no Montijo, a cerca de 40 km. -----

A decisão de encerramento da agência de Canha da CGD, aberta há mais de 20 anos, resulta do processo de recapitalização e reestruturação, negociado com Bruxelas, que implica o encerramento de 61 balcões até final do ano, de acordo



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA
[Handwritten signature]

com a última lista divulgada pelo banco. Compreendendo a necessidade de recapitalização da CGD, ela não pode, contudo, isentar a instituição da sua obrigação – enquanto banco do Estado - de contribuir para a coesão social e territorial nacional. Nomeadamente prestando um serviço público de proximidade aos cidadãos mais desfavorecidos, sobretudo nas regiões remotas e desertificadas, que têm vindo a perder nos últimos anos a generalidade dos serviços públicos de proximidade, como é o caso de Canha. -----

São conhecidos alguns casos no país onde a CGD voltou atrás na decisão de encerramento. Almeida é o caso mais recente, depois do protesto dos autarcas e dos populares, que se fecharam na dependência local durante sete horas. O futuro volta a ser discutido na próxima semana. -----

É pública, pelas declarações prestadas a 12 de abril pelo presidente do banco, Paulo Macedo, na comissão parlamentar de orçamento e finanças, a proposta da administração da CGD de criação de um serviço móvel de balcões, prestado por carrinhas que se deslocarão às zonas rurais para servir as respetivas populações. A forma como este serviço será prestado está em análise e aguarda-se ainda autorização do Banco de Portugal. -----

Tendo em conta os constrangimentos com que luta a freguesia de Canha e dada a necessidade acrescida de respostas de proximidade, pelas suas características específicas, que têm obrigatoriamente que ser tomados em consideração pela CGD; -----

Tendo em conta que a solução alternativa do serviço móvel de balcões ainda nem sequer foi aprovada pelo Banco de Portugal. -----

Os eleitos da Assembleia Municipal do Montijo, reunidos a 27 de abril de 2017, deliberam: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
de
P

- Manifestar toda a sua solidariedade para com a população de Canha; -----
- Assumir publicamente a defesa da manutenção da agência da CGD na freguesia; -----
- Contestar a decisão intempestiva e injustificada de encerramento já a 28 de abril, quando não existe aprovação do Banco de Portugal à alternativa do serviço móvel de balcões nem foi clarificada a forma como e quando será assegurada a manutenção do serviço em Canha.” -----

A senhora **Deputada Municipal - Nadine Balasteiro** (PSD), no uso da palavra, cumprimentou os presentes e leu uma Moção, intitulada, **Pela Prestação de Serviços Bancários em Canha**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“A Freguesia de Canha, no concelho de Montijo, é uma freguesia rural, dispersa por uma vasta área territorial, com uma povoação com uma elevada taxa de pessoas idosas. -----

De acordo com notícias vindas a público, a caixa Geral de Depósitos poderá encerrar o seu balcão na freguesia, o que causará enormes transtornos especialmente á população mais idosa, tendo em conta que as dependências mais próximas deste banco se situam no Montijo, a cerca de 35Km, ou no concelho vizinho, em Vendas Novas, a cerca de 25Km. -----

Importa, ainda, salientar que o balcão da CGD, em Canha, é a única dependência bancária existente nesta freguesia. -----

Esta é uma situação que irá afetar bastante a população, tendo em conta que o transporte público é escasso e só existirem duas carreiras por dia, uma de manhã e outra ao final da tarde. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
✓

É através do balcão da Caixa Geral de Depósitos que a população idosa de Canha, dependente de pensões mínimas, sociais e rurais, devido a toda uma vida de trabalho na agricultura e pecuária, recebe a sua pensão mensal. -----
Encerrar este balcão é prejudicar ainda mais uma população maioritariamente idosa, que já de si se vê privada de vários serviços públicos. -----
Sendo a Caixa Geral de Depósitos uma entidade bancária pública, entendemos que lhe compete assegurar um serviço público bancário às populações residentes em localidades mais desfavorecidas, como é o caso da Freguesia de Canha e da União das Freguesias de Pegões, no Concelho de Montijo, que outras entidades bancárias privadas não pretendem assegurar. -----
Considerando o Plano de recapitalização previsto para a Caixa Geral de Depósitos, que envolveu uma injeção de milhares de milhões de euros em dinheiro público, que teve o apoio do Partido Socialista, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda e que mesmo com esses valores, continua a prever o encerramento de quase duas centenas de balcões, bem como a redução de mais de 2500 funcionários, diminuindo a atuação territorial da CGD, especialmente por se tratar do único banco em muitas localidades, os autarcas eleitos na Assembleia Municipal, manifestam a sua recusa pela possibilidade de se encerrar a Agência da CGD de Canha, deixando de servir as populações da zona Este do concelho, a Freguesia de Canha e a União de Freguesias de Pegões, ficando sem ver asseguradas a prestação de serviços mínimos bancários.” -----

O senhor **Deputado Municipal - Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, colocou ao senhor Presidente da Câmara Municipal a seguinte questão: “Tenho



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
ds
E

conhecimento de um problema que existe no Bairro do Esteval, onde vivo, é um problema relacionado com a falta de rega na relva. A mesma encontra-se atualmente como a palha seca. Na Circular comenta-se que é uma empresa, a responsável pela rega, naquela zona. Então, gostaria de saber porque não se resolve a situação, com a referida empresa?” -----

O senhor **Deputado Municipal - Francisco Salpico** (CDU), no uso da palavra, cumprimentou os presentes e colocou as seguintes questões: -----

“1 - Na ata nº 3, página 9, o senhor Presidente diz que os funcionários produziam alimentação escolar de boa qualidade. O que perguntamos agora ao senhor Presidente é qual a razão que o levou a fazer outsourcing para o fornecimento da alimentação escolar? -----

2 - Relativamente á recomendação que a Assembleia Municipal aprovou em dezoito de novembro de 2016, para que a Câmara Municipal corrigisse a curva perigosa frente à Ermida do Nosso Senhor Jesus dos Aflitos, perguntamos agora ao senhor Presidente que medidas é que já tomou? Já lançou o concurso para a elaboração do projeto de execução para se poder executar a obra para corrigir aquela zona da estrada com graves defeitos que são causais aos acidentes rodoviários que ali ocorrem? Ou será que vamos continuar a assistir a mais acidentes rodoviários provocados pelos defeitos criminosos da estrada Municipal? -----

3 - Relativamente à recomendação que a Assembleia Municipal aprovou também em dezoito de novembro de 2016, para que a Câmara Municipal providenciasse a obra de reabilitação do reservatório elevado de água na Rua da Aldeia Velha, no Montijo, perguntamos ao senhor Presidente que medidas é



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

que já tomou? Lembramos que a situação de degradação da estrutura do reservatório provoca o destacamento de perigosos pedaços de betão, cuja queda de grande altura, ameaça o espaço de circulação dos funcionários camarários. Além desta situação de perigo inaceitável sobre a vida de pessoas, o reservatório apresenta níveis inaceitáveis de degradação da sua segurança estrutural. Perguntamos então ao senhor Presidente se já lançou o concurso para elaboração do projeto para reabilitação da estrutura do reservatório? Além disso perguntamos que medidas tomou para que a vida dos funcionários camarários não esteja ameaçada pela queda, de grande altura, de fragmentos de betão? -----

4 – Sobre a recomendação que a Assembleia Municipal aprovou em vinte e quatro de fevereiro de 2017, para que a Câmara Municipal providenciasse as medidas necessárias para eliminar o risco proibido que ameaça as vias públicas face ao estado de degradação e de desaprumo de uma das grandes chaminés da desativada fábrica da INFAL, junto à rotunda da praça de touros, no Montijo, perguntamos ao senhor Presidente, que medidas é que já tomou? Salientamos que o estado de instabilidade daquela chaminé de grande altura é suscetível de provocar o seu derrubamento sobre as coberturas dos pavilhões dessa fábrica, o que é fortemente causal a provocar a projeção de materiais e de destroços sobre as vias públicas próximas. O que já fez para eliminar esse risco? Ou será que vamos continuar a aguardar o colapso da chaminé? “-----

O senhor **Deputado Municipal - José Caria (PS)**, no uso da palavra, leu uma intervenção, alusiva ao tema, Escola Básica D. Pedro Varela, a qual passo a transcrever: “A falta de auxiliares na escola Básica D. Pedro Varela levou,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
sh
P

segundo os encarregados de educação, ao encerramento de dois blocos de salas (B e C), entre elas a de Matemática, de Ciências e Educação Visual e Tecnológica, o que impede o normal funcionamento das aulas, o encerramento do bar e da papelaria, onde os alunos carregam os cartões para as refeições e ainda estão impedidos de acesso aos cacifos, além de estar apenas uma casa de banho a funcionar. Podemos e devemos esclarecer: O sistema de gestão escolar está entregue aos diretores dos três agrupamentos verticais de escolas e cabe-lhes fazer a gestão dos recursos. A Câmara Municipal entra no processo de gestão escolar porque assumiu diretamente a gestão da contratação dos auxiliares de educação, que normalmente é feita pelo ministério. Da parte da autarquia até já foi ultrapassado o rácio de contratação do ministério na escola básica D. Pedro Varela. -----

Existe um problema recorrente: que não é fácil de resolver, que é o facto de estarem muitas auxiliares de baixa na escola D. Pedro Varela, e, este ano (2017), houve um aumento muito significativo de pessoas com baixa médica. Por causa desse problema, a autarquia lançou um concurso que tem como particularidade recrutar uma bolsa de pessoas que possam substituir as pessoas que faltam, mas o concurso ainda está a decorrer com alguma urgência – já terminou até o prazo para as candidaturas, mas compreende-se, há que cumprir os prazos da lei – há também pedidos de contratos de inserção de emprego. -----

O rácio da escola D. Pedro Varela é de dezanove assistentes operacionais e a Câmara Municipal contratou para a escola vinte cinco, não contando com o pessoal da secretaria nem do refeitório. Neste momento (vinte seis de abril de 2017) estão de baixa cinco assistentes operacionais para cumprir o rácio. Estão catorze ao serviço, nove de baixa e um de férias. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
[Handwritten signature]

Não se compreende que se fechem salas que são essenciais, como as de Matemática, ou que se dê férias a pessoas em alturas críticas com outras de baixa. Já foi informado que foi realizada uma reunião entre a Câmara e o diretor da escola para avaliarem a situação e que já foi comunicada a abertura dos blocos B e C e do bar da escola. Tem havido quem diga que das obras de requalificação que foram feitas na escola ao lado não tenha existido uma verba para alguma intervenção nesta escola, lembrando que o recinto está impróprio para os alunos e acusando a Autarquia de não ter aceite a proposta do Ministério de Educação para ficar com a gestão total da escola sem que esta tivesse devidamente requalificada. -----

Devemos esclarecer que quando foi sugerido isso pelo Ministério, a Câmara Municipal solicitou um orçamento da requalificação para uma escola com vários problemas, incluído telhados em amianto e não iria aceitar receber uma escola nessa situação. Até hoje, informa a Câmara, aguardam esse relatório. Depois colocou-se a situação da intervenção da troika e o encerramento de obras no parque escolar. -----

A Autarquia de Montijo tem feito da Educação, já há longos anos, uma das suas principais prioridades, com resultados à vista em todo o nosso Concelho. Em 2016, por exemplo, a despesa paga, em educação, cifrou-se em quatro milhões e duzentos e oitenta e dois mil euros. "-----

Ainda no uso da palavra, o senhor **Deputado José Caria**, leu um voto de Congratulação à SIMARSUL, cujo teor abaixo se transcreve: -----

**PELA REVERSÃO DA EXTINÇÃO E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO E GESTÃO
do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais**



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Península de Setúbal À SIMARSUL

“O Estado Português, atribuiu, no dia 17 de abril de 2017, Concessão de Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Península de Setúbal À SIMARSUL. -----

A SIMARSUL – Sistema Integrado, multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, que englobava os municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal – tinha sido extinta, na sequência da publicação no Diário da República do Decreto – Lei nº 94/2015, que procedeu à criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e à constituição da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA. -----

Em carta então enviada aos trabalhadores, o conselho de administração da SIMARSUL lembrou, na altura da extinção, o trajeto percorrido ao longo de uma década, sublinhando o “ambicioso plano de investimentos” concretizado, que dotou a Península de Setúbal de “importantes instrumentos de valorização e qualificação ambiental”. E, ao mesmo tempo que enalteceu o contributo dos funcionários, criticou duramente a decisão do Governo PSD/CDS-PP/Passos Coelho em extinguir o sistema. “Numa atitude que só podemos entender de má-fé, o Governo, utilizando a Águas de Portugal como seu instrumento, decidiu pôr termo ao projeto SIMARSUL, fazendo tábua rasa da opinião unânime dos municípios que integram o sistema”, podia ler-se nessa carta. O conselho de administração da SIMARSUL considerava ainda que com a decisão de pôr termo à SIMARSUL, “O Governo e a AdP puseram também termo a anos de frutuosa parceria entre Estado e municípios, com o objetivo comum de melhorar o ambiente na Península de Setúbal”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
[Handwritten signature]

“Pela nossa parte reafirmamos a nossa disponibilidade para continuar a existência de um sistema supramunicipal de gestão pública do saneamento de águas residuais de península de Setúbal e o compromisso de estarmos com aqueles que, por todas as vias, incluindo judiciais, ainda tentam travar o absurdo processo de centralização forçada da gestão da água e do saneamento”, concluía, então o conselho de administração da SIMARSUL. -----

Tratou-se, com a atribuição da concessão no dia 17 de abril de 2017, após a reversão da extinção, de mais um passo para a reorganização dos sistemas de distribuição de água em alta, na região da Grande Lisboa, revertendo as agregações realizadas pelo anterior governo, à revelia da vontade das autarquias envolvidas. -----

O novo sistema multimunicipal de saneamento da península de Setúbal e a respetiva entidade gestora foram criados pelo Decreto – lei 34/2017, de 24 de março, com a concordância dos municípios envolvidos e de acordo com o preconizado no programa do XXI Governo Constitucional (Governo do Partido Socialista). -----

Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, a SIMARSUL – Saneamento da península de setúbal, S.A. tem como acionistas a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., em representação do Estado Português e os municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal. -----

Garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da proteção do ambiente, da sustentabilidade económica e da acessibilidade aos serviços públicos. A SIMARSUL assume por missão contribuir para o desenvolvimento da região da península de Setúbal. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
[Handwritten signature]

A recriação deste novo sistema foi aprovada em assembleia geral da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, realizada no dia 13 de abril. A decisão contou com uma votação favorável de 100% dos votos expressos. -----

No fundo, é recriar os sistemas multimunicipais como eles foram pensados de início, com uma cultura de território, onde deve existir uma parceria entre o Governo (Governo do Partido Socialista), através das Águas de Portugal e os municípios. -----

A empresa tem por objeto a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, continua e eficiente, provenientes dos oito municípios abrangidos. -----

O sistema multimunicipal de saneamento da península de Setúbal está dimensionado para tratar os efluentes produzidos por cerca de 591 mil habitantes, no ano horizonte do projeto (2046). -----

Este sistema tratará 30 milhões de m³/ano de águas residuais da região, numa rede constituída por ETAR, servidas por cerca de 300 km de intercetores, 122 km de condutas elevatórias e 130 estações elevatórias. -----

Garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da proteção do ambiente, da sustentabilidade económica e da acessibilidade aos serviços públicos, a SIMARSUL assume por missão contribuir para o desenvolvimento da região da península de Setúbal. -----

Este sistema é criado por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, que tinha resultado da agregação de sistemas concretizada pelo Decreto-Lei nº 93/2015, de 29 de maio. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
[Handwritten signature]

O novo sistema multimunicipal de saneamento da península de Setúbal e a respetiva entidade gestora foram criados pelo Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, com a concordância dos municípios envolvidos e de acordo com o preconizado no programa do XXI Governo constitucional (Governo do Partido Socialista); -----

No Município aprovámos, em Assembleia Municipal, a proposta nº 1256/2016 da Reunião de Câmara de 21/12/2016 que consubstanciou a posição do Município de Montijo. -----

Após a cisão, o anterior sistema agregado mantém-se em operação, passando a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo. -----

Assim sendo, a ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, reunida em Sessão ordinária de abril de 2017: -----

Congratula-se com o ato de concessão para a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Península de Setúbal à SIMARSUL realizado pelo XXI Governo (Governo do Partido Socialista).” -----

Dado o adiantado da hora, a senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou á consideração dos Representantes dos Grupos Municipais o encerramento da reunião e havendo unanimidade na decisão, deu por encerrada a primeira reunião da segunda sessão ordinária, era uma hora, do dia vinte sete de abril de dois mil e dezassete. Informou ainda, todos os presentes que a segunda reunião ficava agendada para o dia vinte e oito de abril de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E eu, *Paulina Maria Azevedo Barbosa*, Assistente Técnica, da Assembleia Municipal, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa. -----

----- A Presidente da Assembleia -----

Paulina Maria Azevedo Barbosa

----- O 1º Secretário -----

Paulo Rafael Pereira Reis Canone

----- A 2ª Secretária -----

Paulina Maria Azevedo Barbosa

